





Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 01.855.048/0001-32
Sede: Av. Paulista, 1.450 - 7º Andar - Boleia Vieira - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4) EVENTOS SUBSEQUENTES
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.
São compostos por:
- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2013.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Table with columns: 2013, 2012, Em 30 de junho - R\$ mil
Total caixa e equivalentes de caixa: 247.180 (2013) vs 249.350 (2012)

(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Classificação por categoria e prazos
Table with columns: 1 a 30 dias, 31 a 180 dias, 181 a 360 dias, 2013, 2012

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, apresentando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do período, os fundos de investimentos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 398.829 mil (R\$ 375.697 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários
Table with columns: 2013, 2012, Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil

7) NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VALORES
Os saldos ativos e passivos referem-se às transações efetuadas por conta de clientes nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, cuja liquidação financeira é efetuada no mês seguinte, conforme composição demonstrada a seguir:

Table with columns: 2013, 2012, Em 30 de junho - R\$ mil

9) INVESTIMENTOS
a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas".

Table with columns: Capital social, Patrimônio líquido, Quantidade de ações/cotas possuídas, Participação no capital social, Lucro líquido, Valor contábil, Ajuste decorrente de avaliação (1), 2013, 2012

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultados, quando aplicáveis.

b) Composição de outros investimentos
Table with columns: 2013, 2012, Em 30 de junho - R\$ mil

10) IMOBILIZAÇÃO DE USO
Demônstrado o custo líquido de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.
Table with columns: Taxa, Custo, Depreciação, 2013, 2012

11) DIFERIDO
Os valores registrados no diferido referem-se a gastos com desenvolvimento de logística em implantação, e seu valor do custo líquido de amortização corresponde a R\$ 12 mil (2012 - R\$ 103 mil). A amortização acumulada corresponde a R\$ 2.435 mil (2012 - R\$ 2.343 mil).

12) INTANGÍVEL
Os valores dos custos líquidos de amortizações com gastos de desenvolvimento de softwares correspondem a R\$ 5.229 mil (2012 - R\$ 4.305 mil) e de aquisição de softwares a R\$ 360 mil (2012 - R\$ 217 mil). A amortização acumulada corresponde a R\$ 2.168 mil (2012 - R\$ 1.142 mil).

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
a) Ativos Contingentes
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) Provisões classificadas como perdas prováveis e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na contabilidade das provisões a Administração leva em conta o opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.
O passivo relacionado à obrigação legal de discussão judicial é mantido até o desfecho do apelo, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabia mais recursos, ou a sua prescrição.
i - Processos Trabalhistas
São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.
É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não tem valores relevantes.
ii - Processos Cíveis
São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.
Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.
As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto significativo no resultado financeiro.
iii - Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais
A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as bases tributárias do BMAF e da BOVESPA, que acordam com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das Provisões Constituídas
Table with columns: 2013, 2012, Em 30 de junho - R\$ mil

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e previdenciárias
Table with columns: 2013, 2012, Em 30 de junho - R\$ mil

b) Diversas
Table with columns: 2013, 2012, Em 30 de junho - R\$ mil

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social
O capital social no montante de R\$ 261.000 mil (2012 - R\$ 234.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é representado por 485.274.572 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Table with columns: Quantidade de ações, R\$ mil, 2013, 2012

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
a) Vencimentos
Table with columns: 1 a 30 dias, 2013, 2012, Em 30 de junho - R\$ mil

Aplicação no mercado aberto:
Posição bancada: 245.049 (2013) vs 245.049 (2012) vs 248.816 (2012)
Letras do tesouro nacional: 245.049 (2013) vs 245.049 (2012) vs 248.816 (2012)
Total em 2013: 245.049 (2013) vs 245.049 (2012) vs 248.816 (2012)

5) OUTROS CRÉDITOS
a) Rendas a receber
Table with columns: 2013, 2012, Em 30 de junho - R\$ mil

Depósitos para interposição de recursos fiscais: 41.390 (2013) vs 36.421 (2012)
Títulos e créditos a receber: 2.285 (2013) vs 2.388 (2012)

c) Reservas de Lucros
Table with columns: 2013, 2012, Em 30 de junho - R\$ mil

d) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio
Os acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

16) RECOMENDADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS
Table with columns: 2013, 2012, Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil

17) DESPESAS DE PESSOAL
Table with columns: 2013, 2012, Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil

18) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS
Table with columns: 2013, 2012, Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil

19) DESPESAS TRIBUTÁRIAS
Table with columns: 2013, 2012, Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil

20) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS
Table with columns: 2013, 2012, Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil

21) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS
Table with columns: 2013, 2012, Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil

22) RESULTADO NÃO OPERACIONAL
Em 2013, inclui R\$ 139.825 mil correspondente ao lucro apurado na alienação de ações da BMAF/BOVESPA, classificadas em Outros investimentos.

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
a) As transações com controlador e empresas coligadas estão assim representadas:
Table with columns: 2013, 2012, 2013, 2012, Em 30 de junho - R\$ mil

